

Pró-Reitoria de Ensino
Educação a Distância

Curso Técnico em Multimeios Didáticos
Modalidade Educação a Distância

Brasília-DF
2013

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

Wilson Conciani

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Adilson César de Araújo

Pró-Reitor de Ensino

Ana Carolina S. L. F. dos Santos

Diretora de Políticas de Apoio ao Ensino

Luiz Cláudio Renouveau de Carvalho

Coordenador Geral de Ensino Técnico

Marta Eliza de Oliveira

Coordenadora Geral de Educação a Distância

Luiz Carlos Ribeiro de Abreu

Coordenador Geral Adjunto de Educação a Distância

Frederico Nogueira Leite

Coordenador do Curso Técnico em Multimeios Didáticos

Colaboradores

Tatiana Damasceno Souza Rotolo

Eryc de Oliveira Leão

Fernando Barbosa dos Santos

Lázaro Vinícius de Oliveira Lima

Anderson Allan Lopes Galvão

SÍNTESE DO CURSO

Unidade Escolar:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
CNPJ:	10.791.831/0001-82
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Nome Fantasia:	Instituto Federal de Brasília
<i>Campi</i>	Brasília, Ceilândia, Gama, Planaltina, Riacho Fundo e Taguatinga Centro
Esfera Administrativa	Federal
Endereço:	SGAN 610, Módulo D, E, F, G
Cidade/UF/CEP:	Brasília – DF / 70860-100
Telefone/Fax:	(61) 2103 2112
Site Institucional:	http://www.ifb.edu.br/

Habilitação, qualificações e especializações	
Habilitação:	Técnico em Multimeios Didáticos
Carga Horária:	980h
Estágio Supervisionado Curricular:	300h
Total Geral	1.280h

SUMÁRIO

1. Histórico	5
2. Justificativa	8
3. Público Alvo	9
4. Objetivo Geral.....	9
5. Objetivos Específicos.....	9
6. Perfil Profissional do Técnico em Multimeios Didáticos.....	10
7. Requisitos de Acesso do Curso.....	11
8. Princípios Filosóficos, Políticos e Pedagógicos das Competências do Técnico em Educação.....	12
9. Matriz Curricular.....	12
9.1. Cadernos.....	13
9.2. Ementas.....	17
10. Eixo da Prática Profissional Supervisionada.....	20
11. Corpo Docente.....	23
12. Critérios e Procedimentos da Avaliação da Aprendizagem.....	24
13. Infraestrutura.....	24
14. Avaliação.....	25
15. Certificados.....	25

1. Histórico

Em 29 de dezembro de 2008, visando atender ao Plano Federal de Educação Tecnológica e à implantação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, foi criado, pela Lei Nº 11.892, como entidade de natureza autárquica vinculada ao Ministério da Educação - MEC, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB, desdobrado atualmente em nove *campi*: Brasília, Ceilândia, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga Centro e Taguatinga.

A origem do IFB remonta ao final da década de 50, com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília - EAF, em Planaltina, no dia 17 de fevereiro de 1959, em cumprimento ao Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, e Exposição de Motivos Nº 95 - DOU, de 19/02/1959). Inaugurada em 21 de abril de 1962 e subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, a EAF tinha como finalidade ministrar os cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola.

Em 24 de novembro de 1978, a EAF, agora Colégio Agrícola de Brasília, foi transferida para o Governo do Distrito Federal – GDF, pelo Decreto Nº 82.711, em acordo celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Colégio Agrícola de Brasília, passando doravante a integrar a Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, com a mesma denominação de Colégio Agrícola de Brasília, conforme Decreto Nº 4.506, de 26 de dezembro de 1978.

A partir da Portaria Nº 129, de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional / Colégio Agrícola de Brasília - CEP/CAB, que recebeu por missão a qualificação e requalificação profissional, por meio de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos de educação profissional técnica de nível médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente nas áreas agropecuária e agroindústria. Em 25/10/2007, a partir da Lei 11.534, o CEP/CAB retorna à esfera do Governo Federal para integrar a Escola Técnica Federal de Brasília.

A criação do IFB inseriu o Distrito Federal na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que trouxe reflexões e debates nos modelos de cursos ofertados, especialmente na forma de se trabalhar as competências e habilidades necessárias aos futuros profissionais que serão formados na Rede, nos Arranjos Produtivos Locais - APL e na diversidade de cursos (técnicos e superiores de tecnologia), na modalidade presencial e/ou a distância.

O Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário) não é a primeira experiência na formação profissional de funcionários da educação, embora seja a primeira como política de governo, no âmbito do Governo Federal.

Anteriormente, outras experiências relativas à formação profissional dos funcionários da educação serviram de inspiração tanto à legislação e normatização da profissão quanto à proposta de formação profissional. Essas experiências fazem referência aos cursos profissionais de nível médio para a formação e qualificação em serviço dos funcionários da educação, fruto de uma longa discussão iniciada no fim da década de 1980, em Mato Grosso, no Sindicato dos Trabalhadores em Educação- SINTEP (antiga Associação Mato-Grossense dos Profissionais em Educação) e realizados em quatro experiências de cursos presenciais:

a) Projeto Arara-Azul, em Mato Grosso, que habilitou mais de 5.000 funcionários da rede estadual entre 1992 e 2005;

b) Cursos Profissionais da Rede Municipal de Cuiabá, que formaram cerca de 1.000 funcionários entre 1995 e 2002;

c) Cursos Profissionais da rede Estadual do Acre, que habilitaram cerca de 300 funcionários entre 2000 e 2005;

d) Cursos Profissionais da Rede do Distrito Federal, que tiveram uma versão coordenada pelo SAE em 1996-97-98, que habilitaram cerca de 100 funcionários em três cursos técnicos, e outra, coordenada pela EAPE, interrompida no final de 1998, quando foi oferecida para 600 funcionários.

As quatro experiências foram construídas em consonância com a concepção da soma de três blocos de ensino-aprendizagem: uma pedagógica, outra técnica e um terceiro de prática profissional.

Partia-se do pressuposto de que os cursos formavam educadores de nível médio e, portanto, abrangiam um conjunto de disciplinas pedagógicas oferecidas pelo curso normal, com exceção da Didática e das Metodologias de Ensino, próprias da formação de professores.

Além de educadores, os cursos formavam técnicos em quatro especialidades: alimentação, gestão, multimeios didáticos e manutenção de infraestrutura escolar, motivo pelo qual era imprescindível a oferta de um conjunto de disciplinas com o conteúdo técnico específico e carga horária substancial de prática que levassem às novas identidades profissionais. Essas se baseavam e, ao mesmo tempo, iam além dos papéis tradicionais de merendeira, escriturário, agente administrativo, agente de biblioteca ou laboratório, auxiliar de

limpeza ou vigilância. Daí a afirmação de que se tratava - na modalidade de formação em serviço - de um processo de transformação, mais do que formação.

Como ainda não havia sido aprovada a Lei n 9.394/1996- Lei de Diretrizes e Bases- LDB e muito menos publicado o Decreto n 2.208/1997 (que separou o ensino médio do ensino profissionalizante), cada curso foi proposto em três blocos: dois comuns, de educação geral e pedagógica, e um específico para cada habilitação. Tal organização conferiu aos cursos um caráter que mescla uma formação humanística, com disciplinas de filosofia, sociologia, história, artes, etc, com outro bloco mais “técnico”, que apareciam sob a nomenclatura de “teorias da comunicação”, “teorias da nutrição” e “teorias do espaço escolar”.

Com a promulgação da atual LDB e do Plano Nacional de Educação, os programas de qualificação para trabalhadores não docentes nas escolas ganha novo fôlego. Tais marcos regulatórios instituem a necessidade de qualificação profissional para esses agentes entendendo-os não como um apoio aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do ambiente escolar, mas sim como partes essenciais do processo educativo desenvolvido nas escolas. Nesse sentido, tais marcos foram responsáveis por reconstruir as identidades profissionais.

Em 2005, o parecer CNE/CEB nº 16, aprovado em 3 de agosto propõe diretrizes curriculares nacionais para a área profissional de serviços de apoio escolar. No mesmo ano a resolução do CNE/CEB nº 5, de 22 de novembro, inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.

Contudo, a legislação e a normatização específicas sobre a formação profissional de funcionários da educação ainda são muito recentes e estão inseridas no contexto dos princípios que orientam a educação profissional em geral. Tais marcos, porém, simbolizam o reconhecimento social da profissão de técnico em educação e garantem o direito a profissionalização dos funcionários da educação em efetiva atividade e de outros cidadãos que a desejarem. O reconhecimento da profissão e direito à profissionalização são resultados de um processo de luta e construção política dos trabalhadores/profissionais da educação que dura décadas.

Em 2004, o MEC, por meio do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino- DASE, tomou como uma de suas políticas a valorização dos funcionários da educação, orientando três frentes fundamentais:

- a) O reconhecimento de novas identidades funcionais;
- b) A oferta de escolarização e a formação inicial e continuada;
- c) A estruturação de planos de carreira e a implementação de piso salarial.

A partir dessas diretrizes norteadoras, o DASE pôde tomar a iniciativa de produzir um Currículo Técnico de Formação para os Funcionários da Educação, com as quatro habilitações previstas (gestão escolar, multimeios didáticos, infraestrutura e alimentação escolar), como forma de concretizar uma das ações

relativas à frente de oferta de escolarização e a formação inicial e continuada dos funcionários da educação. Foram realizados cinco seminários entre os anos de 2004 e 2008, cujo objetivos foram elaborar as políticas de formação profissional e os respectivos currículos.

O projeto piloto, por sua vez, foi construído conjuntamente pelo MEC e a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Centro de Educação a Distância (CEAD) e professores da Faculdade de Educação/FE-UnB, que constituíram, no desenvolvimento da proposta, a equipe e a coordenação pedagógica. Em 2007 este projeto passou a chamar-se Profucionário, sendo instituído formalmente pela Portaria Normativa nº 25/2007.

A partir de 2008, o Profucionário passou a contar com a participação dos Institutos Federais, que se tornaram responsáveis pela formação de tutores e professores orientadores para a formação técnica, em nível médio, dos servidores da educação pública.

2 - Justificativa

No Brasil, cerca de duzentas mil escolas, nas quais trabalham mais de um milhão de servidores “ditos não docentes”, são convidados por uma política de valorização profissional, a transitar de suas tarefas subalternas e desvalorizadas para funções educativas de crescente complexidade.

O programa Profucionário, como ação para formação inicial e em serviço de educadores, está na confluência de determinações curriculares voltadas a modalidade a distância, caracterizando-se por não somente listar conteúdos de seu currículo pleno, mas, também, por oferecer material didático que os desenvolva. Precisa atender tanto aos dispositivos constitucionais e da LDB como às diretrizes curriculares da etapa e das modalidades que o constituem.

A proposta do programa é uma experiência que deve ser tomada como desafiadora e motivadora para todos os agentes participantes do processo educacional, uma vez que o ensino a distância torna-se mais acessível a educação formal e ajuda a repensar a tradição pedagógica, configurando-se como inovação na oferta do Profucionário.

A orientação, a organização e o desenvolvimento das quatro habilitações propostas pelo Profucionário é a qualidade da educação pública, feita pela valorização dos educadores, pela participação democrática de toda comunidade escolar e pela construção de novas competências dos técnicos que serão formados.

As bases legais do Profucionário derivam, portanto, dos preceitos constitucionais (art. 205 a 214), dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais, emanadas da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

A legislação e a normatização específicas sobre a formação profissional de funcionários da educação são muito recentes e encontram-se inseridas no contexto dos princípios que orientam a educação profissional em geral, simbolizando o reconhecimento social da profissão de técnico em educação e garantindo o direito à profissionalização dos funcionários da educação em efetiva atividade e de outros cidadãos que desejarem reconhecimento da profissão e direito à profissionalização.

Dentre os princípios norteadores que estabelecem as políticas de formação profissional para os servidores da educação básica, citam-se:

Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010: que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Resolução CNE nº 5, de 3 de agosto de 2010: que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública.

Portaria Normativa nº 25/2007: institui o Profucionário.

Portaria Normativa nº 539/2007: institui o Conselho Político do Profucionário.

Parecer CEB/CNE nº 16/2005: que apresenta proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de apoio escolar.

Dessa forma, o Instituto Federal de Brasília (IFB) com o intuito de ofertar cursos técnicos para servidores da educação, oferece formação profissional em Multimeios Didáticos, em nível médio e na modalidade a distância, tendo por finalidade respeitar os valores estéticos, políticos e éticos, além de manter o compromisso com o trabalho, a ciência e as práticas sociais relacionadas aos princípios da cidadania responsável, em uma escola universal, democrática, pública, gratuita e de qualidade.

3 - Público alvo

Profissionais efetivos da Carreira Assistência da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que atuem na otimização dos recursos didáticos para as práticas de ensino-aprendizagem nas escolas públicas do Distrito Federal.

4 - Objetivo Geral

Ofertar formação profissional, em nível médio e na modalidade a distância, a profissionais capazes de atuarem nos sistemas de ensino da educação básica, visando capacitá-los como educadores e gestores dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia na escola.

5 - Objetivos Específicos

- Conhecer a natureza e os elementos historicamente construídos da comunicação humana, do gesto à fala e aos símbolos gráficos;
- Entender a leitura das diversas linguagens e seu uso na instrução e na educação;
- Dominar os conceitos básicos e as diversas teorias no campo da comunicação;
- Ter familiaridade com os principais jornais diários e revistas semanais do Brasil, bem como saber produzir mídia impressa (jornal de escola, por exemplo);
- Dominar os fundamentos das linguagens audiovisuais de comunicação: teatro, fotografia, cinema, rádio, televisão e internet;
- Dominar as questões colocadas pela comunicação na educação como projeto e processo social e as contradições entre as mídias e a formação humanística;
- Entender e dominar o conceito de mídia educativa e seus desdobramentos na produção de livros didáticos, de programas de rádio, de tevê e de vídeos educativos;
- Conhecer as questões básicas referentes ao livro: produção, edição, classificação, catalogação;
- Dominar os aspectos operacionais de bibliotecas escolares, inclusive da captação de títulos didáticos, literários e científicos, relacionados ao desenvolvimento do currículo da educação básica;
- Gerenciar bibliotecas e videotecas escolares de pequeno e médio portes, supervisionado por profissionais habilitados em biblioteconomia;
- Dominar o histórico e o desenvolvimento dos audiovisuais ligados à educação, bem como a interpretação crítica de suas formas e conteúdos;
- Dominar os fundamentos das práticas dos laboratórios escolares nas diversas áreas: física, química, biologia, línguas, informática, bem como o papel dos professores, dos técnicos e dos estudantes no manuseio dos equipamentos e materiais;
- Conhecer os fundamentos das expressões culturais que integram os conteúdos curriculares da educação básica e dominar as funções e gestão de seus espaços físicos: auditórios, teatros, cinemas, salas de vídeo, salas de dança, galerias de exposição de arte, museus;
- Dominar a história e a produção cultural do município e ter familiaridade com os seus produtores e atores, com vistas à integração entre a escola e a comunidade;
- Conhecer os fundamentos da informática, o uso do computador no processo de ensino e aprendizagem, da internet como fonte de pesquisa e das novas tecnologias aplicadas às artes, com o domínio prático dos principais programas;
- Manter relacionamento construtivo com todos os professores no sentido de se prontificar a ajudá-los em seu

trabalho de ensino com o uso das tecnologias de informação disponíveis na escola e na comunidade.

6 - Perfil profissional do Técnico em Multimeios Didáticos

- Usar diferentes possibilidades de aprendizagem mediada por tecnologias no contexto do processo produtivo e da sociedade do conhecimento;
- Entender e valorizar a leitura como objeto cultural que promove a inserção no mundo do trabalho;
- Atuar junto à comunidade escolar, de forma dialógica, democrática e ética, defendendo o respeito e a inclusão da diversidade humana, social, política e cultura;
- Reconhecer a escola como uma instituição colaboradora na formação do ser humano assumindo a concepção de escola inclusive;
- Estimular a criatividade, a solidariedade, a participação, o envolvimento e o comprometimento do aluno com o processo educativo;
- Conhecer e diferenciar as variantes linguísticas adequadas a cada contexto de situação real de comunicação oral e escrita;
- Compreender a escola, sua evolução e organização através do estudo da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
- Compreender, elaborar e interpretar diferentes projetos educacionais para a melhoria da qualidade da educação, contemplando a organização do espaço escolar e as relações interpessoais da comunidade escolar;
- Compreender os diferentes mecanismos do processo de comunicação, reconhecendo os elementos integrantes deste como fator motivador e diferencial para o sucesso da unidade escolar e do processo ensino-aprendizagem;
- Conhecer os princípios e a legislação que regulam a gestão democrática das escolas;
- Conhecer os diferentes multimeios da escola, seu funcionamento, utilização e manutenção como forma de otimizar os processos desenvolvidos na unidade escolar;
- Identificar as diversas funções educativas presentes na escola, concebendo a participação de cada colaborador que atua na escola como indivíduo responsável pelo sucesso dela;
- Reconhecer a tecnologia como um recurso de comunicação a serviço de todo processo educacional;
- Identificar os diferentes grupos e setores da escola e suas reais necessidades tecnológicas;
- Identificar as diferentes necessidades dos indivíduos portadores de necessidades específicas;
- Conhecer os indicadores sobre qualidade educativa.

7 - Requisitos de Acesso ao Curso

O Curso Técnico em Multimeios Didáticos será ofertado a Servidores efetivos da Carreira Assistência da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que possuem certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente, de acordo com a lei vigente. O servidor somente poderá ingressar no curso preterido após efetivar a sua inscrição, conforme a função exercida no órgão em que estiver em exercício, além de apresentar o certificado no ato da matrícula.

8 - Princípios Filosóficos, Políticos e Pedagógicos das Competências do Técnico em Educação

Conforme orientação legal, os planos de formação devem ser elaborados com base na definição do perfil profissional. O perfil é definido pelas competências que o cursista deve adquirir e/ou construir ao longo do curso.

As competências num programa como o Profucionário adquirem significações específicas. Ela não se reduz ao mero saber técnico, como, por exemplo, instalar e desinstalar um computador. O programa Profucionário propõe que as competências sejam compreendidas como um lugar desejado, a ser alcançado, algo que ainda não existe e não existirá sem valores, conhecimentos e habilidades, assim como a teoria não existe sem a prática.

Não é com uma lista de competências definidas que se determinará a profissão do técnico em educação. No Profucionário, as competências individuais são aquelas que constituem o humano como ser capaz de produzir, refletir, modificar, inventar, decidir e sonhar.

As competências da profissão são aquelas que unificam e distinguem em categorias profissionais, aceitas e reconhecidas socialmente. Essas competências são adquiridas, construídas, reconstruídas, modificadas e aprendidas nas práticas e vivências sociais e relacionadas com o trabalho. São processuais, mutáveis, culturais e históricas e se desenvolvem na medida do modelo econômico e das inovações tecnológicas que afetam as profissões.

Sabe-se que é preciso potencializar o técnico em educação nas competências para problematizar, estudar, refletir e valorizar o seu fazer na escola como condição para a construção de novos conhecimentos e modos de agir. Que saiba tornar o saber fazer advindo das vivências e experiências escolares, medidas por conhecimentos teóricos, conceitos e paradigmas de interpretações culturais e científicas, outras possibilidades de fazer o que está acostumado a fazer: transformar o saber fazer da vivência em prática educativa, para a construção de outras relações sociais mais humanizadas.

9 - Matriz curricular

A matriz curricular para o Curso Técnico em Multimeios Didáticos terá uma carga horária total de

1280h, distribuídas em 1 caderno introdutório, 1 eixo de formação pedagógica, contemplando 6 cadernos, 1 eixo de formação específica, contemplando 10 cadernos e 1 eixo de prática profissional supervisionada (PPS). Os eixos contemplam a problematização de temas, os conhecimentos produzidos e orientam a leitura e as atividades a serem realizadas em 16 cadernos de formação pedagógica e específica e 1 caderno introdutório.

Para o desenvolvimento do curso, as disciplinas os eixos de formação ficam assim distribuídos:

- **Caderno Introdutório:** carga horária de 20h.
- **Eixo de Formação Pedagógica:** carga horária de 360h contemplados em 6 cadernos.
- **Eixo de Formação Específica:** carga horária de 600h contemplados em 10 cadernos.
- **Eixo de Prática Profissional Supervisionada (PPS):** carga horária de 300h.

9.1 - Cadernos

CADERNO INTRODUTÓRIO - **Fundamentos e Práticas na EaD**

Profissional Recomendado: Pedagogo

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 1 - **Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores**

Profissional Recomendado: Pedagogo

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 2 - **Educadores e Educandos: tempos históricos**

Profissional Recomendado: Pedagogo

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 3 - **Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica**

Profissional Recomendado: Filósofo

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 4 - **Relações Interpessoais: Abordagem psicológica**

Profissional Recomendado: Psicólogo

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 5 - Educação. Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação

Profissional Recomendado: Sociólogo

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 6 - Gestão da Educação Escolar

Profissional Recomendado: Pedagogo

Recursos Pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 7 - Informática básica

Profissional Recomendado: Licenciado em Informática.

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 8 - Produção textual na Educação Escolar

Profissional Recomendado: Licenciado em Letras Português.

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 9 - Direito administrativo e do trabalho

Profissional Recomendado: Bacharel em Direito.

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 10 – Teorias da Comunicação

Profissional recomendado: Professor de Filosofia ou Comunicação Social

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 11 - Audiovisuais

Profissional recomendado: Programador Visual

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 12 – Biblioteca Escolar

Profissional recomendado: Biblioteconomista

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 13 – Laboratórios

Profissional recomendado: Professores de Filosofia, Química, Biologia, Física, Português e Informática.

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 14 – Oficinas Culturais

Profissional recomendado: Professor de Filosofia e Sociologia

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 15 – Informática Aplicada à Educação

Profissional recomendado: Professor de Informática

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

CADERNO 16 – Informática Aplicada às Artes

Profissional recomendado: Professor de Informática

Recursos pedagógicos: materiais impressos e fóruns on-line, dentre outros, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Quadro 1 – Matriz curricular do Curso Técnico em Alimentação Escolar, na modalidade a distância

		MÓDULOS	CARGA HORÁRIA
RÁ TIC A PR OFI SSI ON AL: vivê ncia da açã o edu cati va	MÓDULO INTRODUTÓRIO		
		Fundamentos e Práticas na EaD	20h
	MÓDULO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA		
	01	Funcionários da Educação: cidadãos, profissionais, educadores e gestores.	60h
	02	Educadores e Educandos: tempos históricos.	60h
	03	Homem, Pensamento e Cultura: abordagem filosófica e antropológica.	60h
	04	Relações Interpessoais: abordagem psicológica.	60h
	05	Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica.	60h
	06	Gestão da Educação Escolar.	60h
		Subtotal de carga horária	380h
	MÓDULO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL		
	07	Informática Básica e Aplicada à Educação	60h
	08	Produção Textual na Educação Escolar	60h
	09	Direito Administrativo e do Trabalho	60h
		Subtotal de carga-horária	180h
	MÓDULO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA		
	10	Teorias da Comunicação	60h
	11	Audiovisuais	60h
	12	Biblioteca Escolar	60h
	13	Laboratórios	60h

14	Oficinas Culturais	60h
15	Informática Aplicada à Educação	60h
16	Informática Aplicada às Artes	60h
Subtotal de carga-horária do Núcleo Tecnológico		420h
Total de carga-horária dos módulos		980h
EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA (PPS)		
Prática como Componente Curricular: vivência da ação educativa		300h
Total de carga-horária de Prática Profissional		300h
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO		1.280h

9.2 Ementas

Eixo de Formação Pedagógica – 380 h

CADERNOS	EMENTAS
1 - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	Os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não-docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.
2 - Educadores e Educandos: tempos históricos	A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre as classes sociais e educação. Processos educativos: continuidades e descontinuidades. Movimentos sociais de mudanças e de resistência. Diversidade étnico-cultural: homens mulheres sujeitos históricos. Governo,

	mercado e educação.
3 - Homem, pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.
4 - Relações Interpessoais: abordagem psicológica	Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.
5 - Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do capital humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.
6 - Gestão Escolar da Educação	Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado Brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.

Eixo de Formação Específica (Módulos Comuns) - 180h

CADERNOS	EMENTAS
7 - Informática básica	Curso básico de informática. Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. Industrialização no Brasil. O que é tecnologia. Tecnologias da informação no Brasil. Tecnologias e mercado de trabalho. O que é informática. A informática na formação do trabalhador. Sistema operacional Windows XP. Editor de texto word. Navegador Internet Explorer. Linux. O editor de texto no KWorld. Navegador Mozilla Firefox.
8 - Produção Textual na Educação escolar	Produção de textos. E compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar
9 - Direito Administrativo e do Trabalho	Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos do Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos da sua própria história.

Eixo de Formação Específica – 420 h

CADERNOS	EMENTAS
10 – Teorias da Comunicação	Comunicação humana. História da comunicação. Comunicação e linguagem. Elementos de semiótica. Formas e tecnologias da educação. Comunicação, ensino e aprendizagem. Mídia e comunicação: imprensa, radio, televisão e internet.
11 - Audiovisuais	A importância do desenho e da pintura no processo civilizatório. As grandes escolas de artes plásticas. O radio e a massificação informative. Fotografia: teoria e prática. Cinema: produção e consumo. O video: produção e processo educativo. Rádios e televises educativas. A interação entre a escolar e a mídia.

12 – Biblioteca Escolar	Biblioteca escolar. Organização de acervo bibliográfico. Dinamização da biblioteca. Mediadores de leitura. O museu e a escola.
13 – Laboratórios	A experimentação como prática científica. As grandes descobertas. Laboratórios. O desenvolvimento dos laboratórios escolares: concepção, uso e rotina. Laboratório de Ciências: biologia, química e física. Laboratório do ensino de línguas. Laboratório de informática. Perfil técnico em laboratórios.
14 – Oficinas Culturais	Educação e cultura. O Brasil e a diversidade cultural. Cultura erudite, cultura popular e cultura de massa. Identidade cultural da comunidade escolar. Atividades culturais na escola.
15 – Informática Aplicada à Educação	Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.
16 – Informática Aplicada às Artes	Informática para a criação artística. O computador como ferramenta para trabalhos artísticos. Ferramentas básicas do NVU, para a criação de páginas HTML para rede internet. Apresentação do programa Gimp, para edição de imagens. Realização de atividade prática.

10. Eixo da Prática Profissional Supervisionada (PPS) – 300h

A Prática Profissional Supervisionada (PPS) é um instrumento de promoção da reflexão sistemática do cursista a partir da realidade em que atua. O Eixo da PPS é concebido no Profuncionário como aquele em que o cursista se situa na redefinição do seu fazer profissional, transformando atividades rotineiras em práticas educativas intencionais. São momentos de problematização da rotina e de criação de outras possibilidades práticas com base nos estudos das disciplinas e das necessidades educativas da escola.

Ao final da PPS é esperado que o cursista tenha:

- ✓ ampliado seu conhecimento sobre a realidade na qual atua;
- ✓ desenvolvido uma reflexão dialética entre teoria e prática;

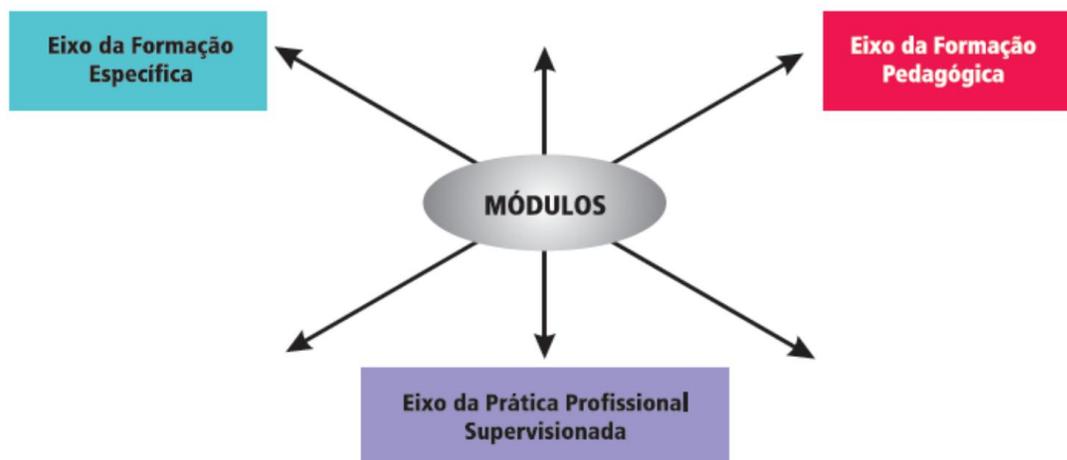
✓ vivenciado situações no contexto escolar com vistas à melhoria do seu senso crítico e reflexivo acerca da realidade educacional.

As atividades que constituem a PPS devem estar integradas ao eixo da Formação Pedagógica e da Formação Específica e, ainda, devem ser planejadas entre o cursista e o seu tutor, a fim de seja produzido um documento norteador de subsídio ao desenvolvimento da prática profissional supervisionada.

A proposta da PPS é estruturada com base em três dimensões: investigação, intervenção e reflexão.



A finalidade da PPS é contemplar experiências que culminam em uma prática de intervenção e reflexão, fazendo com que o cursista perceba a articulação dos temas estudados e trabalhados nos módulos com a realidade em que atua. A PPS, também, se articula com a formação pedagógica e com a formação específica, constituindo-se numa proposta de formação integral e ampla, conforme a figura abaixo, das **Orientações Gerais**. (2012: p. 78)



As 300 horas da PPS estão distribuídas, conforme as suas dimensões, na seguinte carga horária:

I. Dimensão Investigativa (100h).

II. Dimensão Interventiva (100h).

III. Dimensão Reflexiva (100h).

A Dimensão Investigativa (100h) é individual e, nessa dimensão, o cursista realiza uma reflexão sobre as atividades realizadas no dia a dia do curso, por meio de um memorial, em que constem: encontros presenciais, atividades, fóruns, “pratiques”. O registro no memorial deverá contemplar:

- ✓ autoavaliação sobre sua participação nas atividades;
- ✓ reflexão sobre as contribuições da atividade para sua formação geral;
- ✓ análise sobre a importância dessa atividade para a integração e relação entre os três eixos do

Profucionário.

O memorial é individual e os registros são postados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA - Moodle), com acompanhamento da tutoria. A avaliação do Memorial será contínua e ocorrerá ao longo de todo o processo de produção/reflexão. Nessa avaliação, a tutoria acompanha o desenvolvimento do cursista, indicando os caminhos e discutindo com ele os avanços e os limites que serão superados. O cursista inicia seu memorial com a data e o tópico sobre o qual irá discutir: pode ser a própria disciplina, uma atividade realizada ou mesmo um pequeno título sobre alguma experiência vivida no curso.

Dimensão Interventiva (100h) é desenvolvida em dupla. A proposta é que os cursistas elaborem e executem um projeto interventivo que atenda, pelo menos, a dois dos critérios abaixo relacionados que:

- ✓ seja exequível e fundamentado na realidade;
- ✓ gere alguma mudança prática no cotidiano da escola;
- ✓ aglutine pessoas em torno de uma causa comum (VASCONCELLOS, Celso dos Santos.

Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 9 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008, p. 20);

- ✓ ajude a construir unidade entre todos os atores da escola;
- ✓ contribua para melhorar sua participação na construção de uma escola mais justa, eficiente e

solidária.

O projeto interventivo deverá ser elaborado dentro das Normas Técnicas (ABNT), conforme modelo a ser socializado por ocasião de sua confecção, em que constem: capa, folha de rosto, identificação, curso, título, nomes dos cursistas, público-alvo, local e período de execução, carga horária, colaboradores, diagnóstico/justificativa, objetivos, metas, metodologia, cronograma de ação, recursos, resultados esperados, critérios de avaliação, referências, apêndices, anexos, entre outras partes necessárias.

A fase de execução do projeto oferece a possibilidade de testagem da capacidade de planejamento do cursista. A avaliação da dimensão interventiva será realizada pelo tutor, a partir do Projeto Interventivo, que deverá estar postado no Moodle.

A dimensão Reflexiva (100h) contempla uma reflexão sobre a execução do projeto interventivo, considerando os seguintes aspectos:

- dificuldades encontradas na elaboração;
- receptividade da escola na implantação;
- contribuições trazidas para a melhoria dos processos educacionais;
- resultados obtidos;
- contribuições para a formação integral no curso.

Para subsidiar essa reflexão, o cursista deverá realizar um levantamento de informações acerca do processo de elaboração e execução do projeto interventivo. Tudo isso deverá compor o Relatório da PPS, o qual poderá ser incrementado com registros fotográficos, depoimentos, entrevistas, análises, levantamento do nível de satisfação dos agentes em relação ao projeto interventivo, vídeo etc.

Gardner (1995), citado por Constantino (CONSTANTINO, Noel Alves. **O Portfólio na sala de aula presencial e virtual**. Natal: IFRN Editora, 2008, p. 20), defende que o Portfólio é um local para colecionar todos os passos percorridos pelo aluno ao longo da trajetória de sua aprendizagem. É composto de uma pasta individual, onde são colocadas as atividades produzidas pelo estudante em um tema, disciplina, conjunto de disciplina ou até mesmo de todo o curso, qualquer que seja seu nível. A avaliação do Relatório da PPS seguirá o roteiro de uma Ficha de Avaliação e constituirá em um Portfólio individual.

11. Corpo Docente

O corpo docente poderá ser composto por docentes e técnicos do IFB, além de professores convidados e qualificados para o exercício do magistério nas modalidades de Educação a Distância e suas tecnologias, conforme edital de seleção específica.

11.1 - Profissionais indicados

Caderno Introdutório

Caderno	Profissional recomendado
---------	--------------------------

Fundamentos e Práticas na EaD	Pedagogo
-------------------------------	----------

Eixo de Formação Pedagógica

Cadernos	Profissional recomendado
1- Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	Pedagogo
2-Educadores e Educandos	Pedagogo
3-Homem, pensamento e cultura: abordagens filosófica e antropológica	Professor de Filosofia
4- Relações Interpessoais: abordagem psicológica	Psicólogo
5- Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	Professor de Sociologia
6- Gestão da Educação Escolar	Pedagogo

Eixo de Formação Específica (Módulos Comuns)

Cadernos	Profissional recomendado
7 - Informática básica	Professor de Informática
8 - Produção Textual na Educação Escolar	Professor de Português
9 - Direito Administrativo e do trabalho	Professor de Direito

Eixo de Formação Específica

Cadernos	Profissional recomendado
-----------------	---------------------------------

10 - Teorias da Comunicação	Professor de Filosofia ou Comunicação Social
11 - Audiovisuais	Programador Visual
12 - Biblioteca Escolar	Biblioteconomista
13 - Laboratórios	Professor de Filosofia, Química, Biologia, Física e Português
14 - Oficinas Culturais	Professor de Filosofia e Sociologia
15 - Informática Aplicada à Educação	Professor de Informática
16 - Informática Aplicada à Artes	Professor de Informática

12. Critérios e Procedimentos da avaliação da aprendizagem

Os recursos pedagógicos visando o desenvolvimento do processo de aprendizagem discente encontram-se distribuídos em materiais impressos e recursos de interação, disponibilizados na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

13. Infraestrutura

O Curso Técnico em Multimeios Didáticos será ofertado em 06 *campi* do Instituto Federal de Brasília (Brasília, Ceilândia, Gama, Planaltina, Riacho Fundo e Taguatinga Centro), considerados unidades operacionais para o desenvolvimento pedagógico e administrativo dos cursos e programas ofertados a distância pela Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, oferecendo a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica.

O polo de apoio presencial pode ser entendido como um "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento dos alunos e a orientação para os estudos, além da realização das avaliações.

Nos polos são disponibilizadas salas de apoio pedagógico, laboratórios de informática e bibliotecas, bem como de infraestrutura comum compartilhada para as coordenações e tutorias, visando o

desenvolvimento profissional dos alunos *in loco* e das atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

14. Avaliação

Constituem processos de avaliação, para efeito de aprovação, todas as atividades desenvolvidas ao longo do curso, registradas, acompanhadas e vivenciadas pelo tutor e pelo cursista.

Os instrumentos que materializam a avaliação são o memorial, as práticas de experimentação, investigação, reflexão e as atividades referentes a Prática Profissional Supervisionada (PPS).

A Prática Profissional Supervisionada (PPS) será contínua, com base na interação e diálogo entre o tutor e o cursista e, planejada em relação às atividades propostas nos módulos de estudos, de modo que o cursista possa inseri-los em projetos em andamento e no contexto do projeto político-pedagógico.

Caberá aos tutores, orientar e acompanhar as atividades do cursista, tanto em disciplinas teóricas, como em disciplinas laboratoriais, além de acompanhar a elaboração de materiais em memoriais e relatórios e, de registrar em formulário próprio, os locais onde foram realizadas as atividades, o número de horas previstas para as cada atividade e o tipo de atividade teórico-prática realizada.

15. Certificados

Os polos de apoio presencial do IFB expedirão e registrarão, sob sua responsabilidade, os históricos e os certificados de curso técnico para fins de validade nacional, observados os requisitos de conclusão.

Os históricos e os certificados deverão explicitar a respectiva formação profissional, cabendo aos polos observar o cumprimento da integralidade das atividades dos eixos propostos, envolvendo os eixos de formação pedagógica, específica e de prática profissional supervisionada.